

PODER

Senado aprova PEC das drogas

Aval da Casa à proposta que criminaliza porte ou posse de qualquer quantidade de entorpecentes é mais uma reação ao STF

» ÁNDREA MALCHER
» ALINE BRITO

O Senado aprovou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2023, que criminaliza porte e posse de qualquer quantidade de drogas. O texto recebeu 53 votos a favor e nove contra no primeiro turno de avaliação no plenário, e 52 a nove, no segundo — eram necessários ao menos 49 para que recebesse aval da Casa. De autoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC segue agora para a Câmara.

A proposta insere no artigo 5º da Constituição um inciso que estabelece como crime o porte e a posse de qualquer quantidade de drogas, o que já é previsto em lei ordinária de 2006. Apesar de configurar como crime, não há a previsão de pena de reclusão para usuários e não há parâmetros definidos para a diferenciação entre traficantes e usuários.

“A proposta de emenda à Constituição prevê a criminalização do porte e da posse de substâncias ilícitas entorpecentes, que são aquelas ditas pela administração pública como tais, e faz a ressalva da impossibilidade da privação da liberdade do porte para uso. Ou seja, o usuário não será jamais penalizado com encarceramento. Não há essa hipótese”, frisou Pacheco.

O autor da proposta destacou, ainda, a ressalva prevista na PEC “sobre a determinação legal e a determinação regulamentar”. “O

Waldemir Barreto/Agência Senado



Rodrigo Pacheco (D) com Efraim Filho: “A PEC faz a ressalva da impossibilidade da privação da liberdade do porte para uso”

uso medicinal, caso seja evoluído em qualquer substância entorpecente tida como ilícita, havendo determinação legal, havendo determinação regulamentar, na esfera de onde se deve discutir isso, que é na seara política do Poder Legislativo e do Poder Executivo, obviamente que isso será permitido”, acrescentou.

A alfinetada de Pacheco foi para o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem placar de 5 x 3 a favor da descriminalização da

maconha para uso pessoal — a avaliação está suspensa por um pedido de vista

“Sinuca de bico”

O governo decidiu liberar a bancada no Senado para votar, justificando ser uma questão de “consciência”, como disse o líder Jaques Wagner (PT-BA). “Nos colocaram no que se chama uma sinuca de bico. A lei, nós já tínhamos votado em

2006, já dizia tudo que estamos colocando na PEC. Não vou ficar aqui fazendo julgamento do Supremo, porque não me cabe”, comentou o senador.

“Essa Casa precisa dar exemplo. Não vamos reduzir o debate a quem é a favor e contra. Aqui se trata de saber se aquilo que estamos votando terá eficácia e eficiência para o objetivo de todos nós. Seguramente, não será entupindo as cadeias do Brasil que nós

vamos resolver”, enfatizou Jaques no plenário.

O relator da PEC, Efraim Filho (União-PB), disse que “o Senado dá uma demonstração de serenidade, de maturidade, um tema que foi conduzido se aprofundando”.

“A decisão ficou clara, por entender que a sociedade brasileira não quer a descriminalização. As pesquisas de opinião pública demonstram que mais de 70% da sociedade é

Saiba mais

Derrota do governo

A aprovação da PEC das Drogas é mais uma derrota que o Senado impõe ao PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso também aconteceu, por exemplo, nos projetos de lei do marco temporal e da saidinha, já aprovados pelo Congresso Nacional. O PT orientou voto contrário à proposta e ficou isolado. Formalmente, o governo liberou a bancada.

O PDT e o PSB, partidos mais fiéis aliados da base governista, seguiram caminho contrário e orientaram voto favorável à PEC. Acompanharam o voto favorável das siglas o PSD, o PL, o União, o PP, o Republicanos, a oposição e a minoria. O MDB e a maioria liberaram a bancada.

contrária à descriminalização das drogas e, também, o Estado brasileiro não está preparado para receber essa explosão da dependência química. As casas terapêuticas, os centros de reabilitação, as casas que cuidam da saúde mental já não suportam a demanda que existe hoje, imagina a que viria, fruto da descriminalização e do consequente aumento do consumo, o que é negável”, pontuou Efraim.

Planalto em nova crise com Lira

» EVANDRO ÉBOLI

Um dia depois de uma série de ocupações de propriedades rurais pelo país, o governo atendeu a um pedido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e exonerou Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do cargo de superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Alagoas.

Essa era uma reivindicação antiga dos sem-terra, que promoveram, ontem, 24 invasões em 11 estados, como ações do Abril vermelho, mês de protestos por reforma agrária.

A demissão de Lira Santos saiu no Diário Oficial de ontem. Ele ocupava o cargo desde 2017, no governo de Michel Temer. A exoneração foi assinada pelo presidente do Incra, Cesar Aldrighi.

A dispensa do superintendente do Incra ocorre em um momento

de tensão na relação do presidente da Câmara com o governo, após o imbróglio que envolveu o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), alvo de ataques de Lira um dia após a votação que manteve a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), na semana passada. O deputado alagoano chamou Padilha de “incompetente” e “desafeto pessoal”. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em defesa de seu auxiliar. Disse que “só por teimosia” o manteria no cargo.

Desde sexta-feira, Lira e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, vinham conversando sobre a exoneração do superintendente. Falavam sobre a pressão dos movimentos sociais para o afastamento de Lira Santos. O Correio apurou que houve acordo para a substituição no cargo, mas acabou ocorrendo um desencontro, e o ministro exonerou o primo do presidente da Câmara,

que ficou incomodado.

Teixeira foi, ontem, à residência oficial conversar com Lira e teria alegado um “mal-entendido”. Ficou acertado que Lira indicará o novo superintendente do Incra de Alagoas.

Após o início da jornada de invasões do MST, houve reação na Câmara. A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pela bolsanarista Carol de Toni (PL-SC), colocou para votar projetos como o que trata da retirada de invasores de terras improdutivas sem necessidade de ordem judicial.

No plenário, foi aprovada a urgência de um desses projetos, que prevê sanções administrativas e restrições aplicadas aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas. Integrantes de movimentos que ocupem ou invadirem terras particulares podem ser barrados em benefícios sociais.

Deputado expulsa integrante do MBL aos chutes

Reprodução/Rede Sociais



O deputado Glauber Braga (PSol-RJ) expulsou da Câmara, aos chutes, um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL). A confusão — gravada pelo jornalista Lula Marques — durou quase cinco minutos. Provocado pelo integrante do movimento, identificado como Gabriel Costenaro, o parlamentar o empurrou até a saída do prédio e lhe deu chutes pelas costas. Os dois foram parar no Departamento de Polícia Legislativa. O deputado pediu que Costenaro fosse impedido de entrar na Câmara e afirmou se tratar de um “conhecido” provocador do PSol. Deputados da oposição anunciaram que vão pedir a cassação do colega. Pelo menos dois requerimentos serão enviados ao Conselho de Ética, de autoria do PL e do deputado Kim Kataguiri (União-SP). Nas redes sociais, Glauber declarou não se arrepender e disse que o integrante do MBL tem um histórico de agressão contra mulher.

VIVA BRASÍLIA
O NOSSO MELHOR
PRESENTE

A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA ENTRE AS MELHORES DO MUNDO PARA SE VISITAR, SEGUNDO O JORNAL AMERICANO THE NEW YORK TIMES.



Confira a programação das comemorações.



* Brasília é uma cidade que oferece oportunidades para todos. É o caso das 49 escolas que estão em construção ou em reforma que, além de abrirem vagas para os alunos, trazem empregos para os trabalhadores.

VIVA OS 64 ANOS E OS QUE VÊM PELA FRENTE.

